

—☆ **continuação**

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração da Companhia a respeito,

entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP252419/O-0

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina																																	
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58																																	
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Consolidado - Em reais																																	
Balanco Patrimonial Consolidado					Demonstração do Fluxo de Caixa																												
Ativo	Nota Explicativa	2017	2016	Passivo	Nota Explicativa	2017	2016	Atividades Operacionais	2017	2016																							
Circulante		18.113.277	20.987.501	Circulante		17.421.816	20.380.524	Superávit (Déficit) do exercício	(331.111)	277.039																							
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	746.128	398.425	Projetos	(10)	7.240.617	11.281.418	Ajuste de avaliação patrimonial	-	700.734																							
Recursos vinculados a projetos	(04)	16.594.160	20.188.963	Fornecedores		100.657	134.187	Depreciação e amortização	1.543.014	1.379.166																							
Contas a Receber		250.067	10.000	Encargos sociais	(11)	97.756	84.721	Ajuste de depreciação	-	(842.065)																							
Outros Créditos		10.440	10.440	Obrigações tributárias		-	-	Provisão para contingências	(72.340)	(55.748)																							
Adiantamentos diversos	(06)	227.502	158.416	Férias e encargos a pagar		1.279.490	1.106.729	Doações patrimoniais	80.921	-																							
Despesas antecipadas		40.831	28.488	Contas a pagar		10.489	7.965	Resultado ajustado	1.220.484	1.459.126																							
Estoques		244.148	192.768	Provisão para contingências	(13)	476.441	682.549	Varições do Ativo e Passivo																									
Não Circulante		6.672.931	7.581.960	Fundos	(22)	7.768.449	7.082.956	(Aumento) / redução nos ativos em																									
Permanente		6.672.931	7.581.960	Adiantamento de Clientes		55.000	-	Recursos vinculados a projetos	3.594.803	(6.263.477)																							
Imobilizado	(08)	6.672.931	7.581.960	Recursos associação	(10)	392.917	-	Adiantamentos diversos	(69.086)	(19.498)																							
Intangível	(09)	-	-	Não Circulante		4.790.890	5.365.246	Outras contas a receber	(252.410)	8.221.913																							
Total do Ativo		24.786.207	28.569.461	Exigível a Longo Prazo		4.790.890	5.365.246	Estoques	(51.380)	(192.768)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Total do Passivo		24.786.207	28.569.461	Aumento / (redução) nos passivos em																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Receitas Operacionais Brutas		62.816.504	49.794.162	Projeto a executar	(4.040.801)	(9.383.840)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Receitas dos Projetos		61.489.487	47.964.088	Fornecedores	(33.530)	100.346																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Outras Receitas		65.830	583.645	Salários, férias e encargos sociais	185.796	132.684																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Depreciação		1.261.187	1.246.430	Outras contas a pagar	2.525	(7.089)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Insumos Adquiridos de Terceiros		18.864.799	12.964.739	Adiantamento de Clientes	55.000	-																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Serviços de terceiros		10.075.890	6.241.249	Recursos associação	392.917	-																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Despesas administrativas e gerais		8.788.908	6.723.490	Fundos	685.493	7.082.956																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Valor Adicionado Bruto		43.923.512	36.749.830	Caixa líquido proveniente das																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Retenções		1.543.014	1.379.166	atividades operacionais	1.689.811	1.130.353																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Depreciação		1.543.014	1.379.166	Atividades de Investimento																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Valor Adicionado Líquido Produzido		42.380.498	35.370.663	Aquisições do ativo imobilizado	(709.476)	(256.191)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Depreciação		28.194	79.594	Baixas do ativo imobilizado	75.492	4.074																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Valor Adicionado Recebido em Transferência		28.194	79.594	Caixa líquido consumido nas																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Receitas financeiras		28.194	79.594	atividades de investimento	(633.984)	(252.117)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Valor Adicionado Total a Distribuir		42.408.692	35.450.257	Atividades de Financiamento																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Distribuição do Valor Adicionado		42.408.692	35.450.257	Recursos aplicados em ativos permanentes	(708.124)	(852.982)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Pessoal e encargos		42.601.266	34.994.645	Caixa Líquido gerado nas																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Impostos, taxas e contribuições		138.538	178.574	Atividades de Financiamento	(708.124)	(852.982)																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Resultado do exercício		(331.111)	277.039	Aumento (Diminuição) do Caixa																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Resultado do Exercício		(331.111)	277.039	e Equivalentes de Caixa	347.703	25.253																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Resultado Abrangente Total		(331.111)	277.039	Saldo de caixa e equivalentes de caixa	398.425	373.172																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras								Saldo de caixa e equivalentes de caixa	746.128	398.425																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras								Aumento (Diminuição) do Caixa e																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras								Equivalentes de Caixa	347.703	25.253																							
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras								As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras																									
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016																																	
1. Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23/10/2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento: • O Programa GURI é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de música. Surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos Programas mais bem sucedidos na área sócio-cultural. O Programa Guri resalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura assumiu com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, um Contrato de Gestão que se iniciou com 8 (oito) pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 (quarenta e seis) pólos distribuídos na Capital e Grande São Paulo. • A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré- formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares. A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo master classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios. Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17/10/2012 - para gerenciar o Programa Guri e da convocação pública através da Resolução SC nº 94 de 22/10/2012 - para gerenciar o Projeto Tom Jobim, cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo - Seção I de 19/10/2012 onde foi declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social a organização que será a gestora dos dois projetos pelo prazo de 4 anos e meio, foram então os contratos renovados a partir de janeiro de 2013. E através do 8º Termo de Aditamento, foi estabelecido o prazo de vigência até 15/12/2017, podendo ser prorrogado. E com a assinatura do 9º Termo de Aditamento, em 28/04/2017, foi integrado ao contrato as atividades do Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e do Teatro Caetano de Campos, acrescendo o repasse de R\$ 7.442.000, ao anteriormente previsto de R\$ 20.291.535, cujo montante no exercício resultou em R\$ 27.733.535. Em 29/12/2017, foi assinado o contrato de gestão nº 04/2017 (Processo SC/1344496/2017), com o objetivo de operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, e também foi assinado o contrato de gestão nº 05/2017, com o objetivo de operacionalização da gestão e execução das atividades referentes à Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos. Ambos com vigência de 01/01/2018 a 31/12/2022. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras referentes a 31/12/2016, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16/01/2018. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, es-																																	
timativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis: Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos: Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016. b. Apreciação do resultado e reconhecimento das receitas e despesas: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): • Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. • Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. • Aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. • Recebimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo. c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de re-																																	
dução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. Depreciação: A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangíveis: Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. e. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. f. Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes): Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1). 4. Recursos vinculados a projetos																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Bancos</td> <td>4.518</td> <td>6.004</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>741.610</td> <td>392.421</td> </tr> <tr> <td>Recursos Livres - Associação</td> <td>746.128</td> <td>398.425</td> </tr> <tr> <td>Bancos</td> <td>3.937.176</td> <td>3.283.631</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>12.656.984</td> <td>16.905.384</td> </tr> <tr> <td>Recursos Restritos - Projetos</td> <td>16.594.160</td> <td>20.188.963</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>17.340.288</td> <td>20.587.389</td> </tr> </tbody> </table>											2017	2016	Bancos	4.518	6.004	Aplicações financeiras	741.610	392.421	Recursos Livres - Associação	746.128	398.425	Bancos	3.937.176	3.283.631	Aplicações financeiras	12.656.984	16.905.384	Recursos Restritos - Projetos	16.594.160	20.188.963	Total	17.340.288	20.587.389
	2017	2016																															
Bancos	4.518	6.004																															
Aplicações financeiras	741.610	392.421																															
Recursos Livres - Associação	746.128	398.425																															
Bancos	3.937.176	3.283.631																															
Aplicações financeiras	12.656.984	16.905.384																															
Recursos Restritos - Projetos	16.594.160	20.188.963																															
Total	17.340.288	20.587.389																															
Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).																																	
5. Contas a receber																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber - Contrato de gestão nº 02/2013</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber - Contrato de gestão nº 01/2013</td> <td>250.067</td> <td>10.000</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a receber</td> <td>10.440</td> <td>10.440</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>260.507</td> <td>20.440</td> </tr> </tbody> </table>											2017	2016	Contas a receber - Contrato de gestão nº 02/2013	-	-	Contas a receber - Contrato de gestão nº 01/2013	250.067	10.000	Outras contas a receber	10.440	10.440	Total	260.507	20.440									
	2017	2016																															
Contas a receber - Contrato de gestão nº 02/2013	-	-																															
Contas a receber - Contrato de gestão nº 01/2013	250.067	10.000																															
Outras contas a receber	10.440	10.440																															
Total	260.507	20.440																															
6. Adiantamentos diversos																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adiantamento de férias</td> <td>222.896</td> <td>144.216</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>4.606</td> <td>14.200</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>227.502</td> <td>158.416</td> </tr> </tbody> </table>											2017	2016	Adiantamento de férias	222.896	144.216	Outros	4.606	14.200	Total	227.502	158.416												
	2017	2016																															
Adiantamento de férias	222.896	144.216																															
Outros	4.606	14.200																															
Total	227.502	158.416																															
7. Estoque: Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:																																	
Descrição																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Material de escritório</td> <td>56.221</td> <td>83.130</td> </tr> <tr> <td>Suprimentos musicais</td> <td>131.414</td> <td>29.253</td> </tr> <tr> <td>Demais estoques</td> <td>56.512</td> <td>80.385</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>244.147</td> <td>192.768</td> </tr> </tbody> </table>											2017	2016	Material de escritório	56.221	83.130	Suprimentos musicais	131.414	29.253	Demais estoques	56.512	80.385	Total	244.147	192.768									
	2017	2016																															
Material de escritório	56.221	83.130																															
Suprimentos musicais	131.414	29.253																															
Demais estoques	56.512	80.385																															
Total	244.147	192.768																															
8. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.																																	
<i>continua</i> ➤																																	

continuação		2017				2016	
Descrição	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(20.730)	14.529	18.054	18.054	18.054
Equipamentos	10%	1.016.237	(524.031)	492.206	556.045	556.045	556.045
Móveis e Utensílios	10%	1.121.275	(721.361)	399.914	455.328	455.328	455.328
Veículos	10%	364.692	(364.692)	-	-	-	-
Instrumentos Musicais	10%	12.534.504	(6.983.530)	5.550.974	6.305.079	6.305.079	6.305.079
Ferramentas	10%	1.771	(1.258)	513	690	690	690
Computadores e Periféricos	20%	1.184.567	(972.283)	212.284	241.471	241.471	241.471
Telefones	10%	27.804	(25.292)	2.511	5.292	5.292	5.292
Sub-total		16.286.108	(9.613.177)	6.672.931	7.581.960	7.581.960	7.581.960
Imobilizado em Andamento		-	-	-	-	-	-
Total		16.286.108	(9.613.177)	6.672.931	7.581.960	7.581.960	7.581.960
A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:							
	2017	2016					
Saldos no início do exercício	7.581.960	6.048.976					
Adições							
Instalações	-	-					
Equipamentos	40.520	152.233					
Móveis e Utensílios	58.276	-					
Veículos	-	-					
(a) Imobilizado com Restrição							
Descrição	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(20.730)	14.528	18.054	18.054	18.054
Equipamentos	10%	865.694	(487.760)	377.934	426.719	426.719	426.719
Móveis e Utensílios	10%	1.083.061	(700.998)	382.063	433.656	433.656	433.656
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-	-	-
Instrumentos Musicais	10%	9.870.392	(6.400.305)	3.470.087	4.042.162	4.042.162	4.042.162
Ferramentas	10%	1.771	(1.258)	513	690	690	690
Computadores e Periféricos	20%	1.184.567	(972.284)	212.284	241.472	241.472	241.472
Telefone	10%	27.804	(25.292)	2.511	5.291	5.291	5.291
Sub-total		13.433.239	(8.973.319)	4.459.920	5.168.044	5.168.044	5.168.044
Imobilizado em Andamento		-	-	-	-	-	-
Total		13.433.239	(8.973.319)	4.459.920	5.168.044	5.168.044	5.168.044
(b) Imobilizado sem restrição							
Descrição	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos	10%	150.543	(36.271)	114.272	129.326	129.326	129.326
Móveis e Utensílios	10%	38.214	(20.363)	17.851	21.672	21.672	21.672
Instrumentos Musicais	10%	2.664.112	(583.225)	2.080.887	2.262.918	2.262.918	2.262.918
Total		2.852.869	(639.859)	2.213.010	2.413.916	2.413.916	2.413.916

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R\$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando a partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação. **Transferência dos pólos** - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência para a Associação Santa Marcelina de 35 Polos gerenciados pela Associação Amigos do Projeto Guri. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, evidenciando suas condições de uso e atribuição de valores. **9. Intangível:** Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 - IT 1 - Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2017	2016
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	(97.177)	(97.177)
10. Projetos		2017	2016
Projeto a executar	Curto Prazo	7.240.617	11.281.418
		7.240.617	11.281.418

Projeto a executar refere-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência. A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Descrição	Saldo 31/12/2016	Fun-do de Reserva	Fundo de Con-tingências	Valores recebidos	Valores a receber	Rendimentos		Dotação especial	Devolução de verba	Valor residual
						Financeiros	Consumo			
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	4.147.670	-	-	27.733.535	-	326.757	(30.930.503)	(367.378)	-	910.081
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	10.000	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	-
Contrato de Gestão - Projeto Guri (02/2013) (b)	2.976.930	-	-	25.597.849	-	215.831	(27.402.538)	(212.421)	-	1.175.651
Outros Recursos - Projeto EMESP	540.680	-	-	462.710	-	-	-	-	-	1.003.390
Outros Recursos - Projeto Guri	35.532	-	-	5.300	-	-	-	-	-	40.832
PRONAC 119.736	140	-	-	-	-	-	-	-	-	140
PRONAC 14.10801	450	-	-	-	-	-	-	-	-	450
PRONAC 15.8233	276.315	-	-	-	-	8.377	-	(284.692)	-	-
PRONAC 16.3738	3.293.700	-	-	1.350.605	-	150.759	(3.261.246)	-	284.692	1.818.510
PRONAC 17.6510	-	-	-	2.117.855	-	-	-	-	-	2.117.855
CONDECA	-	-	-	173.707	-	-	-	-	-	173.707
	11.281.418	-	-	57.441.561	(10.000)	1.736.406	(58.333.041)	(579.799)	-	7.240.616
Associação-The Juilliard School	-	-	-	392.917	-	-	-	-	-	392.917

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício. **Valores a receber** - Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício. **Rendimentos financeiros** - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis). **Consumo** - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade. **Dotação especial** - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado. Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão. A Administração da Associação entende que em 2017 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria. **(a) Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013):** Em janeiro de 2013 foi assinado o Contrato de Gestão nº 01/2013 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 105.901.180 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados com o objetivo de gerenciar a Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo, sendo R\$ 27.733.535 para o ano de 2017. Em 2017 matricularam-se 1.427 alunos, com um número de 1.763 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 222 vagas para bolsistas em 2017. Os Corpos Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 09 concertos, atingindo um público de 5.481 pessoas; a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 22 concertos, atingindo um público de 15.589 pessoas; o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 10 concertos, atingindo um público de 4.567 pessoas; a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 08 concertos um público de 3.435 pessoas. **a.1 Teatro São Pedro: a.1.1 Eixo 1: Atividades de Difusão e de Formação de novos plateias:** Em 2017 realizamos 24 recitais com público de 10.327 pessoas, 4 ensaios abertos ao público com 775 pessoas, 10 concertos da temporada da Orthesp com um público de 3.815 pessoas e 30 concertos da série de música de câmara com um público de 2.693 pessoas. A meta de público foi superada em todas as atividades devido à qualidade da programação apresentada. **a.1.2 Eixo 2: Programa de Fomento e Formação de Profissionais:** No ano de 2017 realizamos 101 atividades da Academia de Ópera e 22 atividades com a participação dos alunos da Academia na temporada do Teatro São Pedro. Como o efetivo total de 22 músicos da Orquestra Jovem do Teatro São Pedro não foi atingido em razão da não aprovação de candidatos nos três processos seletivos realizados durante o ano, a Organização Social contratou músicos extras para preencher o efetivo da Orquestra, utilizando para tal recursos da rubrica de Bolsas de Estudo. Por conta do curto período entre a assinatura do novo Aditamento ao CG 01/2013 para a gestão das atividades do Teatro São Pedro e o fim do primeiro semestre letivo do ano, a OS planejou o início das atividades artísticas e pedagógicas do grupo a partir do segundo semestre, e, dessa forma, o pagamento das bolsas começou apenas em julho deste ano. O valor das bolsas de estudos pago aos integrantes da Orquestra de Bolsistas do Teatro São Pedro em 2017 foi de R\$ 1.940. **(b) Contrato de Gestão - Programa Guri (02/2013):** O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 02/2013 em janeiro de 2013. O Programa de Tra-

ricano Ted Nash do Jazz at the Lincoln Center e The Juilliard School. Esses concertos foram o resultado de uma semana de atividades de intercâmbio cultural, masterclasses, ensaios e a gravação do primeiro CD da Orquestra Jovem Tom Jobim, sob gestão da Santa Marcelina Cultura. Nos 3 concertos o público presente foi de 858 pessoas. Os Ingressos tiveram a preços populares no Auditório Ibirapuera e também realizamos um concerto gratuito no Teatro do CEU Vila Curuça, na periferia de São Paulo. **A Gravação do CD da Orquestra Jovem Tom Jobim,** ocorreu no período de 23 a 29 de setembro de 2017. O CD com obras do compositor brasileiro "Moacir Santos" foi intitulado: "Orquestra Jovem Tom Jobim visita Moacir Santos". Como previsto, foram produzidas 1000 unidades do CD que estão sendo distribuídas gratuitamente. **c.5 Orquestra Jovem do Estado de São Paulo:** Dos 18 concertos previstos na temporada 2017, foram realizados com recursos do projeto 14 apresentações sendo 9 na Sala São Paulo a preços populares, 1 concerto gratuito no Teatro do CEU Inácio Monteiro e 4 concertos gratuitos em cidades do interior do estado. Na temporada da Orquestra Jovem do Estado, também foram realizadas parcialmente a complementação de bolsas de estudos dos alunos, a Temporada dos Grupos de Música de Câmara da Orquestra, a aquisição de instrumentos musicais e o Prêmio para os melhores alunos da Temporada. Todo o detalhamento das atividades, encontram-se abaixo: - Concertos da Orquestra Jovem do Estado na cidade de São Paulo: foram 10 concertos para um público de 7.293 pessoas. - Concertos em cidades do interior: foram 4 apresentações, todas gratuitas, para um público de 1.899 pessoas. - Intercâmbio com o Conservatório de Paris: ainda dentro dos objetivos de formação dos alunos da Orquestra Jovem do Estado, realizamos em 2017 um intercâmbio com alunos e professores do Conservatório de Paris, foram 11 alunos, a solista Isabelle Moretti como convidada e sob regência de Bruno Mantovani, Diretor do Conservatório. - Programa de Música de Câmara: pela primeira vez, realizamos um programa específico para estimular a formação de 10 grupos de Música de Câmara, com a participação de 40 alunos da Orquestra Jovem do Estado. Os alunos realizaram durante o ano de 2017 atividades pedagógicas específicas. Cada grupo foi acompanhado por um "coach" musical, que contribuiu para a formação do grupo, a escolha do repertório, bem como, para a formação das dinâmicas de ensaio e apresentações. Os alunos também puderam participar de atividades de formação em gestão e produção cultural, comunicação e interpretação/oratória, para prepará-los para suas apresentações e falas para o público das apresentações. Ao todo, foram realizadas 40 apresentações gratuitas em diferentes espaços, buscando atingir diferentes tipos de público, bem como, para proporcionar diversas experiências para os alunos, por meio da realização de apresentações em espaços pouco convencionais, tais como: aeroportos, livrarias, pátios de escolas infantis, saguões de teatros, entre outros. Abaixo elencamos todas as apresentações realizadas, que beneficiaram um público de 5.790 pessoas. **c.5.1 Gravação do 3º CD da Orquestra Jovem do Estado:** Em 2017 realizamos a gravação do 3º CD da Orquestra Jovem do Estado, intitulado "O Mandarim Maravilhoso", sob regência do regente titular e diretor musical da Orquestra, Claudio Cruz. O CD foi produzido com a tiragem de 3 mil unidades e a gravação foi realizada no período de 3 a 8/06/2017, no Teatro Franco Zampari, em parceria com a Fundação Padre Anchieta. **c.5.2 Complementação de Bolsas Incentivo:** A complementação das bolsas incentivo para os alunos da Orquestra Jovem do Estado de São Paulo foi no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco reais) mensais. Das 990 complementações de bolsas incentivo previstas para 2017, de fevereiro a dezembro foram pagas 950 bolsas. **c.5.3 Prêmio:** Em 2017 foi realizada a 6ª edição do Prêmio da Orquestra Jovem do Estado. A premiação foi aberta para os 90 bolsistas que formam a Orquestra Jovem do Estado por meio do "Edital de Bolsas de Estudos Orquestra Jovem do Estado 2017". Os prêmios foram divididos nas seguintes categorias: • 1 Prêmio - Bolsa de Estudo no exterior no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); • 4 Prêmios - Bolsas de Estudo ou ajuda para Compras de Instrumento no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). **c.5.4 Núcleo de Música Antiga:** Em 2017 foi realizado o VI Encontro internacional de Música Antiga da EMESP no período de 9 a 13 de maio. Este projeto é um dos eventos mais significativos da Música barroca no Brasil, e acontece com o objetivo de despertar o interesse para o repertório dos séculos 17 e 18, além de difundir as práticas interpretativas de música antiga no país. O encontro aconteceu em duas partes: por meio das atividades pedagógicas com aulas e master classes para alunos avançados de música que tenham interesse em conhecer e aprender técnicas deste repertório. Foram oito atividades pedagógicas que beneficiou um público de 123 pessoas, com técnicas para canto barroco, flauta doce, oboé barroco, traverso, cordas dedilhadas, cravo, violino barroco e música de câmara, esta última ministrada pelo regente RyoTerakado. Todas as atividades formativas foram gratuitas e abertas ao público em geral. Além das atividades pedagógicas, ocorreram também 2 concertos sob regência de RyoTerakado e participação de todos os professores e alunos do Encontro, um gratuito no Teatro no CEU Jambéiro do Guri e outro com a preços populares no MASP, beneficiando um público de 361 pessoas. Também foram realizados dois concertos da Orquestra Barroca da EMESP, um no teatro do CEU São Mateus do Guri realizado gratuitamente, e outro a preços populares no Grande Auditório do MASP. **c.5.5 Intercâmbios de Cooperação Internacional com a The Juilliard School:** Recebemos em 2017, 7 alunos e 1 professor do "Jazz Department" da The Juilliard School em São Paulo na EMESP Tom Jobim, para atividades de intercâmbio de conhecimento, vivências e apresentações musicais. Também participaram do projeto 19 alunos, 3 professores da EMESP Tom Jobim e 5 pessoas da equipe de produção da Santa Marcelina Cultura no intercâmbio por Nova York. Durante 9 dias a equipe participou de intercâmbios na área pedagógica, artística e de gestão com alunos, professores e equipe de produção da The Juilliard School, o que proporcionou um grande aprendizado para todos os participantes por meio de vivências, troca de experiências e extensa grade de atividades artístico-pedagógica. **11. Salários e encargos sociais a pagar**

	2017	2016
INSS a recolher	97.532	78.891
Outros	224	5.830
	97.756	84.721

12. Recursos aplicados em ativos permanentes

	2017	2016
	4.459.920	5.168.044

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31/12/2016

	2017	2016
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	579.799	579.799
Custo residual baixado de imobilizado	(26.736)	(26.736)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)	(1.261.186)	(1.261.186)
Ajuste de depreciação	-	-
Segregação para Associação	-	-
Saldo em 31/12/2017	4.459.920	4.459.920

13. Provisão para contingências: A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2017	2016
Contingências trabalhistas	476.441	682.549

	2017			
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	682.549	217.308	(423.416)	476.441

	2016			
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Contingências no longo prazo	-	330.970	-	197.206

	2017			
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	197.202	153.805	(20.037)	330.970

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 206.055 em 2017 (R\$ 474.445 em 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **14. Partes relacionadas:** A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados. **15. Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2017 o Patrimônio Líquido é de R\$ 2.573.501. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênera ou afim, sem fins

continua

continuação

econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcellinas", conforme for fixado pela Assembléia Geral.		
16. Recursos de contrato de gestão	2017	2016
Programa Guri (02/2013)	27.402.538	25.813.048
Projeto EMESP (01/2013)	30.930.503	19.647.084
	<u>58.333.041</u>	<u>45.460.132</u>
17. Projetos especiais	2017	2016
PRONAC 14.10801	-	-
PRONAC 15.8233	3.156.446	2.401.906
Outros projetos	-	102.050
	<u>3.156.446</u>	<u>2.503.956</u>

18. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31/12/2017, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liqui-

Demonstrações de resultados

2016		2017	
Contas	GURI	EMESP	Outros projetos
Recursos dos contratos de gestão	25.813.048	19.647.084	-
Projetos especiais	-	-	2.401.906
Outras receitas	530.798	715.632	-
Receitas operacionais	26.343.845	20.362.716	2.401.906
Despesas operacionais	(26.343.845)	(20.362.716)	(2.401.906)
Resultado do exercício	-	-	-
2017		2016	
Contas	GURI	EMESP	Outros projetos
Recursos dos contratos de gestão	27.402.538	30.930.503	-
Projetos especiais	-	-	3.156.446
Outras receitas	535.836	725.749	-
Receitas operacionais	27.938.374	31.656.253	3.156.446
Despesas operacionais	(27.938.374)	(31.656.253)	(3.156.446)
Resultado do exercício	-	-	-

20. Cobertura de seguros: A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

dados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2017	2016
Ativo circulante	18.113.277	20.987.501
Passivo circulante	17.028.898	20.380.524
Capital de giro	1,06%	1,03%

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **19. Informações por projetos:** As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Programa Guri e Projeto EMESP).

2017		2016	
21. Despesas operacionais por projetos	GURI	EMESP	Outros projetos
GURI	-	-	-
Despesas com pessoal	(16.958.235)	(15.774.116)	-
Despesas com encargos sociais	(5.744.210)	(5.371.844)	-
Despesas administrativas	(2.990.330)	(2.687.617)	-
Serviços Prestados por Terceiros	(2.169.768)	(2.437.466)	-
Impostos e Taxas	(75.832)	(72.803)	-
	<u>(27.938.374)</u>	<u>(26.343.845)</u>	<u>(277.039)</u>

21. Despesas operacionais por projetos

EMESP	(14.850.006)	(10.404.049)
Despesas com pessoal	(5.048.814)	(3.444.635)
Despesas administrativas	(5.445.547)	(4.017.704)
Serviços Prestados por Terceiros	(6.259.604)	(2.436.296)
Impostos e Taxas	(52.280)	(60.032)
	<u>(31.656.253)</u>	<u>(20.362.716)</u>
Outros Projetos		
Despesas administrativas	(1.257.520)	(717.985)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.295.468)	(2.092.578)
	<u>(3.552.988)</u>	<u>(2.810.563)</u>
Total	(63.147.616)	(49.517.124)

22. Fundo de Reserva e Fundo de Contingência: A Associação constitui Fundos de Reserva e Fundo de Contingência:

	2017	2016
Fundo de Reserva (a)	3.835.138	3.497.581
Fundo de Contingências (b)	3.933.311	3.585.375
	<u>7.768.449</u>	<u>7.082.956</u>

(a) Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6 %, foi depositado pela Organização Social em conta corrente específica de sua titularidade, constituído para o fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da CONTRATANTE, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela CONTRATADA do plano de restituição dos respectivos valores do fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da CONTRATADA. (b) Nos termos da norma inserida no Decreto Estadual nº 54.340, de 15/05/2009, a CONTRATADA depositou na conta bancária específica, o montante de R\$ 3.061.234,25 (três milhões e sessenta e um mil e duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos): (b.1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata esta alínea "b"; (b.2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere esta alínea "b" e subitens somente poderão ser utilizados por deliberações de ¾ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA, e do Secretário de Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência; (b.3) Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere esta alínea "b" será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

23. Outras receitas (inclui doações)		2017	2016
Referem-se a:			
Doações pessoas físicas e jurídicas		17.940	78.250
Receitas próprias		19.697	527.851
		<u>37.637</u>	<u>606.101</u>

Além disso, foram recebidas doações de instrumentos musicais pela Associação que foram classificados na conta de "Doações de bens patrimoniais" no patrimônio líquido no montante de R\$ 80.921.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luís Roberto Teles - CRC/SP182786/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Imobilizado:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado** - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2017, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação

às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/02/2018.
Cokinós & Associados Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
Edson José da Silva
Contador - CRC-1SP251.112/O-9 - CNAI nº 2211

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO